

“Quero enxergar um pouco mais”: atividades e contexto de trabalho do agente socioeducador¹

Janine Kieling Monteiro²

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (São Leopoldo, RS, Brasil)

Luiz Gustavo Santos Tessaro³

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, RS, Brasil)

Marina Guerin⁴

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (São Leopoldo, RS, Brasil)

Angela Helena Marin⁵

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, RS, Brasil)

As medidas socioeducativas visam a responsabilização de adolescentes quanto às consequências de atos infracionais cometidos, incluindo sua integração social e privação de liberdade ou restrição de direitos. Os agentes socioeducadores (AS) têm o papel educativo de desenvolver ações que contribuam para ressocialização e manutenção de direitos destes adolescentes e assegurar defesa e proteção social. Objetivou-se avaliar quais são as atividades de socioeducação e segurança desempenhadas por AS e que fatores do seu contexto laboral favorecem ou dificultam a realização do seu trabalho. Foi realizado estudo qualitativo, no qual foram entrevistados 13 AS, de uma instituição na Região Sul do Brasil. Os resultados indicaram que as atividades de socioeducação são feitas de modo mais informal e pontuais, conforme visão de mundo do AS, com foco nos vínculos interpessoais. As de segurança envolvem ações para garantir a salvaguarda das pessoas que circulavam na instituição: contenção física, evitação da violência e vigilância. Conclui-se que os AS necessitam de um programa de educação permanente que permita qualificar as atividades de socioeducação, e que no trabalho seja considerado maior protagonismo deles.

Palavras-chave: Agente socioeducador, Adolescência e Juventude, Medida socioeducativa, Trabalho.

“I want to see a little more”: socio-educational agent activities and work context

The socio-educational measures aim to make teenagers responsible regarding the consequences to the infraction act committed, including their social integration and liberty deprivation or rights restriction. The socio-educational agents (SEA) have the educational role of developing actions that contribute to resocialization and teenagers' rights maintenance and to ensure defense and social protection. The objective was to assess which socio-educational and security activities are developed by SEA and what labor context factors support or hinder the work realization. A qualitative study was carried out, in which 13 SEA from an institution in the Southern region of Brazil were interviewed. The results indicate that socio-educational activities were developed in an informal and one-off way, according to SEA point of view, focused on interpersonal bond. The security activities refer to actions to ensure the safeguard to people that move in the institution: physical restraint, avoidance of violence, and surveillance. In conclusion, the SEA need a permanent educational program that allow qualifying the socio-educational activities and, in work context, that their protagonist role is considered.

Keywords: Socio-educational agent, Teenagers and Youth, Socio-educational measures, Work.

1 Essa pesquisa recebeu apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

2 <https://orcid.org/0000-0003-2577-1322>

3 <https://orcid.org/0000-0003-4215-5716>

4 <https://orcid.org/0000-0002-7047-5293>

5 <https://orcid.org/0000-0002-8056-8661>

Introdução

Os adolescentes brasileiros, de acordo com Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), são considerados pessoas em desenvolvimento, que gozam de direitos fundamentais inerentes à pessoa humana (*Lei nº 8.069, 1990*) e de proteção especial, devido à sua condição particular de vida (Lima, 2016). Contudo, as políticas brasileiras de proteção e de responsabilização do adolescente sofreram mudanças no decorrer do tempo e ainda encontram dificuldades na sua efetivação.

Há que se destacar a criação, na década de 1960, da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), no âmbito federal, e da Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (Febem), na esfera estadual (Andrade, 2016). Esses espaços, nos quais se esperava administrar programas “socioterapêuticos”, acabaram se constituindo em locais de confinamento, repressão e, em alguns casos, de violência para com os adolescentes institucionalizados (Andrade, 2016; Martins et al., 2020).

Devido às críticas em âmbito internacional e nacional e com o movimento de redemocratização, houve um avanço rumo a outro estágio de desenvolvimento das políticas públicas para a infância e a adolescência no Brasil, sob a égide da concepção de proteção integral (Leal & Carmo, 2014; Nogueira & Oliveira, 2019). Surge, então, o ECA (*Lei nº 8.069*), em 1990, para definir e assegurar legislativamente os direitos infanto-juvenis, incluindo o acesso à liberdade de expressão. Foi no ECA que a socioeducação inicialmente foi referida, e as medidas socioeducativas emergiram enquanto uma resposta governamental para o ato infracional cometido por adolescentes (Martins et al., 2020). Entretanto, essas determinações não previam como tais medidas deveriam ser executadas, havendo a necessidade de um regulamento que atendesse essa demanda. Para tanto, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), efetivado em 2006, definiu sanções referentes aos procedimentos éticos para adolescentes que transgrediam a lei (Monte et al., 2011).

A premissa da socioeducação, termo cunhado pelo pedagogo Antônio Carlos Gomes da Costa, emergiu com a responsabilidade de evidenciar o caráter educativo das medidas, rompendo com perspectiva unicamente punitiva, coercitiva e corretiva que prevalecia na execução delas (Oliveira et al., 2016). Contudo, como afirma Oliveira e colaboradores (2016), muitas dúvidas surgiram aos gestores e profissionais que trabalham junto a adolescentes que cumprem medida de privação de liberdade, dificultando sua atuação devido à falta de um entendimento claro sobre o conceito que se traduzisse em intervenções consistentes para promover o seu desenvolvimento. Frente à imprecisão conceitual e prática, permaneceram as atitudes discricionárias, de cunho meramente punitivo, cuja principal característica das atividades é técnico-burocrática, uma vez que visam atender a solicitações de informações e atendimento a demandas apresentadas pelo sistema judiciário (Oliveira et al., 2016).

Apenas 16 anos após o ECA, com a Resolução nº 106 de 2006, do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (Conanda), e com a lei do Sinase, de 2012, que se começou a esclarecer as bases e princípios da socioeducação (Oliveira et al., 2016). Nesta última destacou-se que as medidas socioeducativas objetivam a responsabilização das consequências lesivas do ato infracional; a sua integração social e garantia de seus direitos individuais e sociais; e a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei. Portanto, as medidas socioeducativas visariam punir o ato e reparar o dano social, priorizando a dimensão educativa (Martins et al., 2020).

Nessa direção, Oliveira et al. (2016) concluíram que a socioeducação “configura-se como um conjunto articulado de programas, serviços e ações desenvolvido a partir da interrelação entre práticas educativas, demandas sociais e direitos humanos”, tendo por objetivo “promover o desenvolvimento de potencialidades humanas, da autonomia e da emancipação, bem como fortalecer os princípios éticos da vida social” (p. 584). Para Oliveira et al. (2016), a socioeducação tem como objetivo principal o desenvolvimento de novos conhecimentos e condutas, favorecendo

a superação das condições de violência, de pobreza e de marginalidade que caracterizam a exclusão social. Embora de importância indiscutível, ainda se questiona se ela é compreendida e aplicada por meio das medidas tomadas pelos profissionais que trabalham junto aos adolescentes.

A atribuição de agente socioeducador (AS) é específica do contexto brasileiro, embora cada região a nomeie e entenda de maneira diferente. A função é comparada à de agentes penitenciários em outros países, bem como a de educadores, por conta das funções previstas de segurança e socioeducação. Conforme consta na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), o AS tem o papel educativo de desenvolver ações que contribuam para a ressocialização, a sensibilização e a manutenção de direitos dos adolescentes em cumprimento de medida de privação de liberdade (Ministério do Trabalho, 2019). Cabe a ele também, assegurar defesa e proteção a pessoas em situações de risco pessoal e social e a adolescentes em conflito com a lei (Brasil, 2006). Estas duas atividades, de socioeducação e de segurança, nem sempre são conciliáveis, podendo expô-lo a situações paradoxais ou de conflito ético (Brasil et al., 2020).

Esforços para regulamentar a profissão do AS só começaram a ser pensados depois de 2012, com a instituição do Sinase. Esta buscou trazer orientações e diretrizes que permitissem a criação de uma base para as instituições de cumprimento de medidas socioeducativas, com parâmetros acerca do local físico, pessoal e funções a serem exercidas. Todavia, não ofereceu referencial teórico para a função de AS (Oliveira et al., 2016).

Estudos que focalizam o trabalho do AS apontam indicadores altos e médios de riscos psicossociais relacionados as suas atividades laborais, entre os quais se destacam: espaço físico e equipamentos inadequados para as tarefas, escassa participação nas decisões, ter que submeter o trabalho a decisões políticas, excesso de horas extras e trabalho desgastante. Além disso, foram evidenciados danos físicos e esgotamento mental, altos índices de transtornos psiquiátricos menores e sintomatologia relacionada ao estresse, ansiedade e depressão associados a esta categoria profissional (Greco et al., 2012; Martins et al., 2020; Santos, 2017; Tessaro & Monteiro, 2019).

O estudo de Barsaglini e Vaillant (2018) indicou que os AS percebem a sua instituição como lugar repressivo e com muitas regras que se inclinam ao disciplinamento e à vigilância, havendo pouco ou nenhum espaço para o diálogo e protagonismo no trabalho. Martins et al. (2020) corroboram o dado ao apontarem como a instituição tem um longo caminho até desconstruir a ideia da punição enquanto solução para o ato infracional, pois isso implica em um processo subjetivo, além de institucional. Ademais, apontam que os trabalhadores veem suas rotinas enquanto paliativas e que não há espaço para diálogo, por isso, muitas vezes, os AS silenciam frente às demandas. “A frustração e o sofrimento diante do trabalhar em socioeducação, aprisiona os servidores na imagem de ‘carcereiros’, esvaziando o sentido de seu trabalho, com custos na manutenção de sua própria saúde, bem como a saúde dos adolescentes” (Martins et al., 2020, p. 273).

Nessa linha, Santos (2020) avança e refere uma função implícita das práticas socioeducativas – o intento de contenção e de gestão de vidas as quais chama de “matáveis” – sob a aparente justificativa de (re)educação. Numa perspectiva racista e classista, “matáveis” seriam as vidas dos jovens negros e de periferia, cuja existência pressupõe risco de cometimento de infrações e que, portanto, justificaria sua identificação como “inimigo interno” e autorizaria práticas letais e de privação de direitos por parte do Estado (Santos, 2020). Diante disso, urge a reafirmação dos reais objetivos da socioeducação, como apostar na singularidade como potência instituinte capaz de romper tais estigmas e no cuidado e na garantia de direitos como prática mais coerente, em detrimento do controle como pedagogia (Martins et al., 2020).

Este artigo visa compreender o entendimento de agentes socioeducadores, vinculados a uma instituição localizada na Região Sul do Brasil, em relação a suas atividades e como são realizadas as medidas de socioeducação e segurança. Especificamente, pretende-se avaliar quais são as atividades de socioeducação e segurança desempenhadas e quais os fatores do seu contexto laboral que

favorecem ou dificultam a realização do seu trabalho. Este estudo é relevante para pensar como a política pública pode melhorar as diretrizes referentes ao trabalho a ser desenvolvido pelo AS, incluindo o maior protagonismo do trabalhador.

Método

Trata-se de um estudo descritivo, com corte transversal (Sampieri et al., 2013) e de abordagem qualitativa (Minayo, 2007), do qual participaram 13 agentes socioeducadores, selecionados por acessibilidade. Eles se voluntariaram a partir de um estudo quantitativo, que utilizou um questionário impresso para levantar fatores de risco psicossocial, e danos à saúde de AS, no qual houve a participação de 53 agentes socioeducadores de três municípios localizados na Região Sul do Brasil. Os critérios de inclusão foram exercer a função de agente socioeducador e ter ao menos seis meses de trabalho na instituição.

Um total de 16 AS aceitaram participar de uma entrevista. No entanto, depois do contato inicial, somente 13 mantiveram o interesse e disponibilidade, dos quais quatro eram mulheres e nove homens. A maioria (n = 9) era casada ou com união estável e tinha filhos. A escolaridade variou de ensino médio a pós-graduação, sendo que a maior parte (n = 5) tinha ensino superior completo. A idade variou de 25 a 52 anos (M = 41,46; DP = 7,31) e o tempo médio de trabalho na instituição foi de, aproximadamente, 10 anos. Grande parte afirmou que costumava fazer horas extras (n = 12). A maioria disse que já tinha se afastado do trabalho (n = 9), sendo que sete participantes buscaram tratamento para a saúde mental depois de ingressarem na instituição e faziam uso de medicação regular.

Os participantes responderam a um questionário sociodemográfico e laboral e a uma entrevista semiestruturada, com flexibilidade nas questões a fim de privilegiar a escuta dos relatos sobre o trabalho do AS. O roteiro abordou tópicos relativos às atividades desenvolvidas e quais estavam relacionadas à socioeducação e à segurança, além de averiguar quais os aspectos que dificultavam e favoreciam o seu trabalho. As entrevistas foram realizadas individualmente, por dois psicólogos com domínio em técnicas de entrevista (autores do artigo), e ocorreram pela internet, telefone ou presencialmente (em locais fora da instituição de trabalho), conforme a preferência deles. O período de coleta de dados foi de agosto a dezembro de 2018. As entrevistas apresentaram duração aproximada de uma hora, tiveram seu áudio gravado e transcrito, com exceção de uma entrevista cujo participante não autorizou a gravação. Neste caso, a entrevistadora fez anotações durante a entrevista. Posteriormente, as transcrições foram avaliadas por meio da análise de conteúdo, segundo Bardin (2011), seguindo as etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Para tanto, as falas foram analisadas e categorizadas por dois pesquisadores treinados em análise de dados qualitativos (autores do artigo) e, em caso de discordância, recorreu-se a um terceiro (também autor do artigo).

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição de ensino superior vinculada aos pesquisadores e recebeu carta de anuência da instituição participante. Durante a sua realização foram tomados todos os cuidados éticos relativos à pesquisa nas áreas da saúde e das ciências sociais e humanas.

Resultados e discussão

Em relação às atividades que os AS desempenhavam, constatou-se que um maior número (n = 6) indicou que seu trabalho era voltado mais para a área de segurança. Já os demais (n = 4)

acreditavam que exerciam em igualdade as atividades de segurança e educação. Os outros AS (n = 3) comentaram que se envolviam mais com atividades de socioeducação. Uma das consequências da pouca clareza dos fundamentos da socioeducação é a redução do trabalho socioeducativo em relação ao maior número de atividades técnico-burocráticas (Brasil et al., 2020).

A leitura do material coletado permitiu a emergência de quatro categorias temáticas iniciais: socioeducação, segurança, facilitadores no trabalho e dificultadores no trabalho (Quadro 1). As duas primeiras categorias agregaram as atividades desempenhadas pelos AS e as duas últimas são relativas aos fatores presentes no contexto laboral que favorecem ou dificultam a realização do seu trabalho.

A primeira categoria diz respeito às atividades que os AS afirmaram praticar no cotidiano da instituição e que julgavam ter um cunho socioeducativo, de acordo com o entendimento desse conceito. Compreendeu diversas intervenções realizadas junto aos adolescentes, as quais intentavam uma reflexão ética, conforme a visão de mundo do AS, com foco nos vínculos interpessoais.

A segunda categoria, segurança, remeteu às ações praticadas com objetivo de garantir a salvaguarda de todas as pessoas que circulavam na instituição. São tarefas mais repetitivas e práticas que diziam respeito ao contexto do trabalho, aos materiais e meios de utilizá-los de forma a prevenir riscos e preservar o andamento das demais rotinas.

A categoria intitulada “facilitadores no trabalho” se refere a aspectos que impactavam positivamente na realização das atividades no que tange aos relacionamentos sociais (seja entre trabalhadores ou destes com os adolescentes) e aspectos afetivos. Já a categoria “dificultadores no trabalho” antagoniza com a anterior, abrangendo aspectos negativos citados no desenvolvimento das tarefas, tais como carências de capacitação, de pessoal e de recursos, questões afetivas e de relacionamento interpessoal, bem como impactos nocivos à saúde.

Quadro 1: Categorias e subcategorias de análise

CATEGORIA	SUBCATEGORIA
Socioeducação	Diálogo e atividades informais de livre iniciativa
	Ensino sobre higiene e organização
	Trabalho por meio da disciplina
	Trabalho pautado pela aproximação e pelo vínculo
	Ser exemplo ou referência para o adolescente
	Mediação de conflitos
	Convivência harmoniosa
Segurança	Contenção ou evitação da violência
	Vigilância constante
Facilitadores no trabalho	Bom relacionamento com adolescentes
	Apoio dos colegas
	Esperança com o trabalho socioeducativo
Dificultadores no trabalho	Desesperança com o trabalho socioeducativo
	Dificuldade no relacionamento com colegas
	Capacitação insuficiente
	Falta de pessoal
	Problemas nas condições físicas e infraestrutura
	Impacto na saúde

Fonte: Elaborado pelos/as autores/as.

Socioeducação

Diálogo e atividades informais de livre iniciativa

Dentre as diferentes ideias expostas pelos AS, percebeu-se que a tarefa socioeducativa ocorria por meio de conversas mais informais do que em espaços e horários pré-determinados, acontecendo durante atividades rotineiras. Isso ficou claro na seguinte fala:

Qualquer coisa que eu for fazer, vou trazer na rotina e não necessariamente “agora vamos ter um espaço de oficina”. Aí tipo, eu tô fazendo um som ali com a gurizada. No meu setor aqui, tô eu caminhando de um lado e pro outro fazendo um som. “Ah, sor, qual é que era dessa batida aí e tal?” Aí eu já passo alguma coisinha (Participante 1).

As oficinas, sejam as desenvolvidas de maneira informal ou aquelas com maior estruturação, não foram as únicas intervenções feitas junto aos adolescentes e citadas nas entrevistas. Observou-se que o diálogo foi uma das principais maneiras pela qual se efetivava a ação socioeducativa:

Socioeducação não é só tu fazer uma oficina, socioeducação é tu conversar com eles. E, assim, a conversa saudável ela faz muita falta pra eles e eu pessoalmente me identifico como o cara que aproveita os instantes que eu tenho junto de proximidade com eles. Para conversar, uma conversa boa, uma conversa saudável, uma conversa de futuro, como eles dizem (Participante 8).

Esse diálogo, do ponto de vista do conteúdo, aparentava carregar uma intenção de reflexão crítica sobre o ato infracional cometido e sobre a forma de vida pregressa que conduziu tal conduta. A intenção do/a AS era motivar os adolescentes para a construção de projetos de vida diferentes. Também buscava alertar para as consequências que o conflito com a lei, em sua visão, poderia acarretar. Nesse sentido, pode-se afirmar que o diálogo proposto tinha uma pretensão moralizante.

. . . fazendo o processo reflexivo a respeito da vida deles e tudo mais, pra poder botar alguma coisa né, dentro da cabeça deles, no mínimo pensar pra fazer algo diferente. Hoje na tratativa com o adolescente eu falo muito em dar a oportunidade para fazer o bem. Que a maioria dos adolescentes que temos aqui vive no crime. É tráfico, é morte, é roubo, é abandono. Então, o lado ruim da vida, eles já conhecem. Eu sempre trabalho na conversa com eles, para dar uma oportunidade para o lado bom da vida, sai um pouco, para tentar dar uma oportunidade para uma vida regrada, vida normal. Porque é uma vida sofrida desses adolescentes, não dá para dizer que é uma vida normal né, fogem os padrões que a gente imagina ser, mas então eu sempre procuro falar desta forma, dar exemplos, fazer pensar, e tentar fazer com que eles oportunizem fazer o bem, sair desta vida delitativa . . . (Participante 3).

As falas dos/as participantes denotaram pouca clareza nos princípios norteadores de seus diálogos com os jovens em cumprimento de medida. O embasamento parece ser fundamentado na visão particular dos profissionais sobre o que seria uma vida mais aceitável. Esse fato é problemático na medida em que não necessariamente considera as condições singulares de vida e o contexto do adolescente, mas um modelo moralizante e idealizado a ser seguido. Os AS, desta forma, estariam fazendo julgamentos sobre os adolescentes sobre a sua precariedade ou falta de moral, da sua condição de vida ou de sua família, e propondo conselhos ou ensinamentos de como seria a “boa” forma de pensar e de estar no mundo (Vieira, 2021).

Ensino sobre higiene e organização

Todavia, o trabalho do/a AS também passa pelo ensino, além da proposição de reflexões. Não se trata de um ensino escolar ou acadêmico:

. . . a gente, como eu falei, trabalha desde a ensinar o menino a fazer uma higiene bucal, limpar o dormitório. O menino chega da rua sem muitas estruturas (Participante 6).

São instruções sobre aspectos relativos à higiene pessoal e organização dos espaços, que ocorrem diante da constatação da falta conhecimentos. Os/As AS demarcaram, portanto, um papel diante das carências que percebem, as quais denotam, em sua opinião, a falha da família e, na ausência desta, do Estado, em noções básicas de autocuidado.

Trabalho por meio da disciplina

Foi possível perceber, pela descrição dos/as AS, que o formato de trabalho caracterizado por ensino ou orientação, por vezes, convertia-se em um modelo mais rígido cujo símbolo eram as regras. Segui-las, de acordo com eles/elas, era uma questão de necessidade, um fator importante no processo de socioeducação, principalmente diante do entendimento de que os adolescentes não estavam habituados ao imperativo das normas quando fora da instituição.

Então é um trabalho de construção de perspectivas com eles! E de apresentar pra eles a real necessidade do cumprimento de regras, cumprimento de leis, do cumprimento de normas, do respeito, das tolerâncias. Coisas que eles têm déficit muito grande nessa parte da vida . . . (Participante 8).

A restrição de liberdade também era entendida, nessa perspectiva, como elemento benéfico ao adolescente. Por meio dela, o cumprimento de outras regras poderia ser garantido, incutindo nos internos uma característica de disciplina que os/a) AS entendiam ser carente nesse público.

É que eu acho que a restrição da liberdade, infelizmente, no caso deles acaba sendo importante. Porque, muitas vezes, a gurizada é totalmente sem base nenhuma, de horário, de nada. Ali, eles têm uma rotina pra seguir, eles têm algumas regras pra cumprir, eles têm algumas coisas que fora dali não tiveram. Só a obrigação de ir pra aula . . . na rua eles não iam pra aula, e não acontecia nada se eles não iam (Participante 1).

Trabalho pautado pela aproximação e pelo vínculo

A disciplina também foi significada como manifestação de vínculo estruturado com o adolescente. Os/as AS que assim descreveram seu trabalho socioeducativo viam no estabelecimento de limites uma relação de proximidade e afeto.

Às vezes têm muitos guris que se apegam nesse quesito de tu cobrar eles. Porque eles nunca tiveram ninguém que cobrasse eles, ninguém que disse um “não”, “olha não faz isso que é errado” (Participante 9).

O estabelecimento de limites foi uma função compreendida como importante diante de uma suposta ausência familiar. Nesse sentido, houve participantes que se entenderam desempenhando um papel substitutivo de pai ou mãe. A execução desse papel permite o estabelecimento de relações de carinho e afeto, mesmo que, por vezes, conflituosas.

Eu acho que eu acabo representando pra muitos uma figura, talvez, um pouco, paterna. As colegas mulheres são mães, pra muitos deles. Os colegas homens acabam também representando um pouco um papel. Porque pra eles o pai é muito menos presente. Então, muitas vezes tem até mais conflitos com colegas homens. Mas eles, muitas vezes, trazem demonstrações de carinho, mesmo do jeito deles, tipo de brincadeira (Participante 1).

Todavia, outras características dessa relação foram citadas. Termos como amigo/a, conselheiro/a, orientador/a foram usados para descrever a natureza da ligação entre o/a AS e o adolescente.

Tu tem que ser amigo, amigo entre aspas, né? Conselheiro (Participante 9).

O meu papel é mais o de conciliadora, de aconselhar também, de ajudar ele a manter uma atitude mais tranquila pro cumprimento da medida. Eu vejo bem o papel de orientação mesmo (Participante 4).

Ser exemplo ou referência para o adolescente

Os/as AS apontaram para a ideia de que a socioeducação ocorre também pela via do exemplo, das atitudes pessoais. Assim, poderiam servir como modelo de comportamento.

Se eu não der um bom exemplo, não tem o porquê de eu estar na função que eu tô, porque eu tô fazendo o processo ao contrário daí, né? No momento que o adolescente está internado para cumprir uma medida socioeducativa, é que algum momento do curso da vida dele ele falhou. Nós não temos a precisão do que foi, mas o fato é que nós, como agentes socioeducadores, no caso eu, tem que dar exemplo, com postura, com respeito, sabendo lidar com o próximo, respeitando (Participante 3).

Mediação de conflitos

A tarefa de mediação de conflitos também foi citada como uma via pela qual a socioeducação se daria. Na visão dos/as participantes, surge na forma de uma intervenção dialogal que era demandada quando havia iminência de situação de contenda entre os internos, com intenção de resolução dos conflitos e busca por consenso.

Bom, quando um menino tá querendo brigar com outro, a gente atende, conversa, filtra, vê se dá para eles entrarem em consenso ou não (Participante 6).

Convivência harmoniosa

A obrigatoriedade de convivência harmoniosa em determinadas situações foi apontada como método socioeducativo. Momentos como o da alimentação, que ocorriam de forma coletiva, foram citados como uma forma indireta de inculcar o valor do respeito ao próximo.

É um trabalho educativo porque tu vai ter que respeitar o teu desafeto no momento que estão se alimentando. Então, nós bem sabemos que a hora da alimentação é uma hora sagrada, né? Então, eles sentam e, mesmo assim, é um trabalho educativo, de respeitar (Participante 3).

É apontado por Santos (2017) que os agentes devem exercer ações educacionais integrativas e de ressocialização. Entretanto, por não haver diretrizes claras sobre como operar essas formas de educação, no intuito de ajudar, eles acabam moralizando aspectos das vivências

dos adolescentes e contribuindo para a manutenção do *status quo* da sociedade que discrimina e marginaliza os adolescentes que estão em conflito com a lei (Oliveira et al., 2016; Santos, 2017). Vieira (2021) acrescenta:

Os adolescentes em “medida socioeducativa” não estão suspensos no vazio, à espera de vínculos, ou mesmo aliados do Estado ou do mundo social, mas suas vidas são constitutivas do centro do problema social contemporâneo e estão vinculadas por dinâmicas assistenciais, familiares, mercantis e de trabalho que, em boa parte dos casos, se inscrevem no chamado “mundo do crime” (p. 9).

A autora ainda pondera que o “mundo do crime” também tem suas condições de produção e de manutenção na sociedade, com princípios, regras, normas morais e valores próprios que atravessam estes adolescentes (Vieira, 2021). Desta forma, pode-se refletir que os AS ampliam a vulnerabilidade social, para uma vulnerabilidade ou precariedade moral. E se colocam em um lugar de suposto saber, de quem pode aconselhar/dizer o que é melhor para o outro, sem problematizar questões sociais que estão por traz da situação.

Segurança

Contenção ou evitação da violência

Dentre as ações categorizadas como tendo uma finalidade de proporcionar segurança aos adolescentes, trabalhadores/as e demais frequentadores/as do espaço da instituição, percebeu-se que a contenção é uma das utilizadas. Essa subcategoria compreende iniciativas ativas, intervenções, mediante as quais os/as AS procuram manter a ordem.

A gente usa algemas para alguns atendimentos. No que tu vê, que o menino vai estar mais nervoso, já algema antes pra conversar com ele e deixar ele baixar. Ele baixou, daí tu libera, porque, às vezes, eles chegam numa agitação e muito bravos. Eu faço pra prevenir (Participante 12).

Com o objetivo de evitar a violência, os/as AS usam instrumentos físicos (como algemas e cadeados), revistas, estabelecimento de rotinas e de regras, alteração de cela ou grupo de convivência para as atividades (eventualmente referido como “trocar de chave”) ou isolamento do contato de alguns adolescentes com os demais. Esse último caso não é tão frequente na fala dos participantes. Costuma acontecer somente em situações extremas, em que há ameaças à vida ou à integridade física de algum dos jovens, em função do tipo de ato infracional cometido, sobretudo quando este é moralmente entendido como mais condenável do que outros.

Durante as entrevistas também foram relatadas pelos AS normas e atividades voltadas para a segurança máxima, como a de controlar o uso de cadeado e da circulação dos adolescentes, para a garantia de ordem e para promover a segurança de todas as pessoas envolvidas, o que os aproxima do trabalho do agente penitenciário:

Passa um dia aí, cara. É uma cadeia, entendeu? É uma cadeia. O mais desafiador é tocar o setor e organizar essa gurizada toda. Fazer o teu melhor. Fazer eles entenderem que é o teu melhor, sem tensionar (Participante 7).

Um estudo envolvendo a escuta dos AS sobre os desafios no seu trabalho (Brasil et al., 2020) indicou que podem aparecer condutas de violência (reativa, na maior parte, ou seja, uma ação impetrada por um indivíduo que possui como premissa as aflições causadas por outras violências)

para impor a submissão e obediência dos adolescentes, tornando-se um dispositivo de poder no trabalho e um meio de o AS não sucumbir ou demonstrar o medo. O que pode também relacionar-se à falta de sentido no trabalho ou de não acreditar na potência dele, que acabam interferindo sobremaneira na função socioeducativa e colocam em risco a saúde mental dos AS.

Apesar disso, alguns depoimentos também indicaram que os AS tentam buscar brechas, para não se limitarem à função de segurança:

A função ali é a de um carcereiro, sim, mas eu procuro não enxergar dessa forma. Tô ali pra abrir e fechar o cadeado o dia inteiro. Abro e fecho o cadeado, mas eu procuro não enxergar tão limitado assim. Quero enxergar um pouco mais (Participante 13).

Ficou evidente na declaração que o AS gostaria de poder qualificar mais o seu trabalho e ter esperança de que ele possa ter mais êxito na socioeducação.

Vigilância constante

Essa subcategoria compreende a observação dos acontecimentos e a tentativa de antecipação de situações de conflito. Trata-se de uma vigia constante, que não necessariamente acarreta ações práticas e que tem caráter preventivo:

Tu tem quadra, tem que sempre que descer um agente junto. Evitar que eles fiquem aglomerados ou em bolinho para evitar briga ou se formem três, quatro contra outro (Participante 19).

A simples presença do/a AS nas atividades cotidianas, por mais que passiva, é compreendida como uma forma necessária de manutenção da segurança. A vigilância foi citada em atividades de higiene, de lazer, de refeição e no ambiente escolar.

A análise da categoria “segurança” permite a conclusão de que o/a AS opera um trabalho imaterial, conceito este proposto originalmente por Lazzaratto e Negri (2001) para se referir ao modelo de trabalho pós-fordista, no qual destacam-se a valorização e o investimento da subjetividade do trabalhador na realização das atividades, necessitando, para tanto, do uso da criatividade, do afeto e da comunicação. Esse tipo de atividade laboral é caracterizado por saberes subjetivos adquiridos ao longo da vida do/a trabalhador – como a experiência pessoal, a capacidade de organização e de comunicação, o discernimento – e não tanto por um saber técnico e objetivo preexistente (Mello & Silva, 2018). Neste estudo será descrita, posteriormente, uma crítica dos/as agentes à insuficiência de capacitações, revelando essa lacuna do saber técnico. A imaterialidade do trabalho desempenhado por essas pessoas também pode ser percebida na impossibilidade de mensurá-lo, na exigência de um investimento de si por parte do trabalhador para que sua atividade seja bem-sucedida e na convocação da dimensão do afeto, da sensibilidade e do vínculo (Lazzaratto & Negri, 2001; Mello & Silva, 2018).

Facilitadores no trabalho

A categoria “facilitadores no trabalho” remete às questões presentes no contexto de trabalho que podem auxiliar as atividades desenvolvidas pelos AS e, desta forma, podem contribuir para as funções previstas de socioeducação e/ou segurança.

O primeiro fator destacado foram as boas relações que buscam estabelecer com os adolescentes. Falando dos jovens em cumprimento de medida, um AS afirmou que “às vezes, só conversar com eles

já é muito bom, né? Pra eles e pra mim também” (Participante 1). Uma possibilidade de valorização do trabalho desempenhado aparece nesse vínculo, quando bem estabelecido.

Auxiliar no desenvolvimento do trabalho e o apoio social oferecido pelos pares foram outros facilitadores indicados. Esse apoio é percebido não apenas em relação a assuntos da instituição, mas também para com demais temas da vida pessoal e resulta na criação de vínculos de amizade para além do espaço laboral.

É as amizades que tu faz, teus colegas, que é legal. Eu saí de outra casa e deixei bastante amigos. A gente conversa ainda. É isso que tem, as amizades que tu faz, as vivências, as coisas que tu aprende. Ali tu fica fragilizado e aí conversa e nesses momentos a gente acaba se aproximando porque muitas vezes a minha vida depende da tua ali, nós estamos trabalhando em equipe, em grupo, e daí acaba cada um cuidando do outro. Daí acaba se aproximando da pessoa e a pessoa começa a conversar contigo. Daí tu vê várias histórias de vida, várias coisas, né? Isso é as partes gratificantes (Participante 10).

Sabe-se que o apoio social é uma estratégia de enfrentamento importante no trabalho. Uma revisão sistemática procurou levantar a produção científica nacional e internacional sobre sofrimento psíquico e estresse em agentes penitenciários (Bezerra et al., 2016), categoria profissional que se aproxima da estudada neste artigo. Nessa revisão foi apontado o apoio social como fator protetivo contra efeitos deletérios do trabalho, como estresse e *burnout*, e a importância do estímulo ao desenvolvimento desse fator no ambiente laboral.

A categoria dos facilitadores no trabalho tem, por fim, a esperança com o trabalho socioeducativo como último desdobramento. Os/as AS creem que seu trabalho pode vir a ser efetivo. Tendem a percebê-lo dessa forma quando conseguem apresentar alternativas de vida aos adolescentes, quando observam jovens que constroem projetos pessoais não relacionados a práticas ilícitas ou, ainda, quando vislumbram no público atendido o desenvolvimento de comportamentos tidos como positivos. É o que se evidencia na fala:

Um dos pontos positivos é a gente conseguir, de uma forma pequena, mas conseguir, fazer com que alguns mudem de vida e tentem, pelo menos, ou repensem a sua forma de vida e inseri-los no mercado de trabalho, em uma nova vida, em cursos (Participante 1).

Esta subcategoria remete à possibilidade de vislumbrar um sentido social no trabalho realizado, mesmo que um número menor de adolescentes consiga superar a situação de vulnerabilidade e risco, obtendo uma integração social mais efetiva. Os poucos casos de superação auxiliam na promoção da saúde mental do/a AS, na medida em que o trabalho, enquanto possibilidade de um espaço de criação e de resolução de demandas, pode propiciar a sublimação e, por consequência, conferir um sentido ao trabalho realizado, contribuindo, dessa forma, para o prazer no trabalho (Monteiro et al., 2017).

Dificultadores no trabalho

Nesta categoria apareceram algumas antíteses da categoria anterior, como, por exemplo, uma convivência da esperança com a desesperança com a socioeducação, bem como do apoio social com as dificuldades de relacionamento com os colegas. O desalento com o trabalho socioeducativo fica evidente na seguinte fala, que se refere ao contexto da semiliberdade:

Tu trabalha de segunda a sexta apagando incêndio de fora, dando conselhos. Continua a mesma coisa, porque eles vão para casa e voltam. Às vezes, tudo o que tu passou se perdeu lá (Participante 9).

Já dentre as dificuldades de relacionamento com os colegas, foram citadas a falta de preocupação uns com os outros e a desconfiança, indicativos de prejuízo ao fator apoio social:

No trabalho com colegas ainda falta muito, sabe? Até um se preocupar com o outro, entender que aqui é um local de segurança e que todos tão aqui pra ajudar. Ainda falta muito a melhorar com relação ao relacionamento interpessoal entre colegas mesmo (Participante 11).

Outro entrave no desempenho do trabalho é a capacitação, tida como insuficiente para os desafios do cotidiano. Alguns AS apontam para a ausência de uma formação inicial consistente, de forma que seu trabalho foi desenvolvido na prática e sem instruções prévias:

Quando me levaram pra lá com aqueles muros tudo fechado, eu pensei: ‘bah! no mínimo vou ficar 2, 3 meses com o cara pra me ensinar. Vai ficar me cuidando, vai me ajudar’. No primeiro dia que eu cheguei lá: ‘ah, tá colega, seja bem-vindo’. Apertou a minha mão e disse: ‘pode subir lá para ajudar o colega’. Quando eu subi lá em cima, o cara me atirou as chaves: ‘Quando eles chamarem pra ir no banheiro, só abre e libera um por vez’. E já começou a tocar a rotina. Eu aprendi tudo na prática. Meu treinamento foi toda a prática (Participante 10).

Também foi exposta uma opinião de que a capacitação não corresponde com as demandas do trabalho. Embora o desconhecimento da legislação também seja uma realidade apontada, foram salientadas lacunas entre a lei e a prática:

Acho que boa parte dos colegas dizem que aquela parte da capacitação não serve pra absolutamente nada. Eu acho que dialoga pouco. Porque é uma capacitação que traz muito o ideal. “Na legislação diz que é assim, assim, assado”, mas que, na real, é outra realidade (Participante 1).

Assim, os/as AS remetem à construção de um fazer ao qual se sentem pouco amparados tecnicamente e que entendem como distante do prescrito. Esse entrave pode, talvez, responder por outro, qual seja, a crítica a determinadas práticas desenvolvidas pelos pares. Consequentemente a uma falta de capacitação, foi apontado um diálogo monotemático com os jovens:

Geralmente o assunto que os colegas homens têm lá com a gurizada é falar de mulher, falar de coisas, digamos, que, bom, até pode ser um assunto. Mas é só isso, só esse tipo de assunto (Participante 1).

Aponta-se que a repetição do referido assunto nas conversas com os adolescentes pode estar de algum modo relacionada ao tema da virilidade, estratégia defensiva que convoca os agentes homens a desenvolverem estereótipos de gênero visando afirmação em um ambiente hostil e deletério (Abreo et al., 2017). Fecha o quadro de críticas a alusão a uma educação escolar insuficiente e pouco exigente para com os adolescentes.

A falta de pessoal é outro dificultador sinalizado. Esse fator, na opinião dos/as AS, está muito ligado à superlotação das unidades da instituição e a não realização de horas extras por determinados/as colegas. Há uma ideia de que realizar horas extras poderia mitigar a falta de agentes, contudo, o retorno financeiro não estaria mais sendo um motivador e, sim, o cuidado com a saúde física e mental. Como pode ser ilustrado no relato do participante:

A carência de pessoal é muito grande! Hoje na casa, dito pela diretora, 40% dos agentes não fazem extra, e é extra que ajuda o salário, mas não é que tá todo mundo bom de dinheiro, mas eles não fazem extra pelo desgaste que já teve. Então, as pessoas estão abandonando, mesmo pelo dinheiro,

as pessoas estão começando a abandonar, não querem mais, e tem uma deficiência de gente em todas as casas (Participante 8).

Fatores relacionados às condições físicas e a infraestrutura de trabalho também foram citados e categorizados como entraves. Os/as AS apontaram a falta de higiene, as inadequações no espaço físico e a carência ou falta de manutenção de materiais:

O ambiente é sujo, é insalubre, o ambiente propicia a promiscuidade. A socioeducação não teria grades, seriam grupos menores, teria um ambiente organizado (Participante 13).

Os impactos na saúde finalizam a categoria dos dificultadores no trabalho. Foram citados problemas físicos, tais como doenças gastrointestinais, dores musculares, problemas de quadril e de varizes, estando estes relacionados, na fala dos AS, à quantidade de tempo em pé. Problemas de ordem mental também foram apontados, como esgotamento/estresse e depressão. Em consequência do trabalho, os/as agentes afirmaram que, por vezes, recorrem ao atendimento psiquiátrico e/ou psicológico, bem como ao uso de medicação. É significativa dessa subcategoria a afirmação de um dos participantes, citando uma frase que, conforme o AS, era tradicionalmente dita no Case em que trabalhava: “Na fundação, ou tu foi doente, ou está doente, ou tu ficará doente” (Participante 11).

Sabe-se que o esgotamento mental está relacionado a danos à saúde física, mental e social (Facas et al., 2015). Esses danos, todavia, podem estar associados a outros fatores, alguns abordados anteriormente, como a falta de sentido e a divisão de tarefas. A falta de sentido no trabalho, por exemplo, pode ser pensada diante da desesperança de alguns agentes com a socioeducação. Os problemas ligados à divisão das tarefas – conceito relacionado às condições para execução das atividades, como número de trabalhadores, características do espaço físico e adequação dos equipamentos (Facas et al., 2015) – também podem responder pelos impactos na saúde. A relação entre esses fatores e os danos à saúde de AS foi mais bem explorada em outro estudo recente e corrobora essas afirmações (Tessaro & Monteiro, 2019).

Considerações finais

Este artigo objetivou compreender o entendimento de AS vinculado a uma instituição localizada na Região Sul do Brasil em relação a suas atividades e como são realizadas as medidas de socioeducação e segurança. Pretendeu-se avaliar quais eram as atividades de socioeducação e de segurança desempenhadas e quais os fatores que dificultavam ou favoreciam a realização do seu trabalho.

Averiguou-se que as tarefas socioeducativas as quais os agentes afirmaram realizar no momento do estudo caracterizaram-se por sua imaterialidade, evidente em ações que demandavam a construção de vínculo, o diálogo, a convivência, o ensino de aspectos básicos no cotidiano e a informalidade. Os resultados indicaram que as atividades de socioeducação são desenvolvidas de forma mais informal por não haver diretrizes que esclareçam quais são as atividades entendidas enquanto constituintes da socioeducação. Essas atividades ocorrem através de intervenções pontuais, conforme visão de mundo do/a AS, com foco nos vínculos interpessoais. Entretanto, por vezes, o ponto de vista do agente influencia de forma negativa, pois parte de um ponto de vista moralizante sobre como levar uma vida “normal”.

As tarefas de segurança citadas, a saber, a contenção física ou evitação da violência e a vigilância, também tiveram relação com o trabalho imaterial. Além disso, foi percebida uma

demanda por mais capacitações com temáticas de aplicabilidade prática. Outro fator a ser destacado nessa categoria é a maneira como os/as AS realizavam a segurança, muitas vezes descrevendo-a enquanto mais importante do que a socioeducação. O enfoque na segurança é justificável, pelos (as) participantes, em nível institucional, mas descortina aspectos que se mantêm semelhantes aos das instituições precedentes. Inclusive, constata-se uma imprecisão conceitual e prática sobre a socioeducação, a qual parece ser responsável por suscitar a permanência de atitudes discricionárias, de caráter punitivo. Portanto, embora haja avanços nas leis que orientam a socioeducação, algumas práticas punitivas permanecem.

Quanto aos fatores facilitadores do trabalho, os aspectos relacionais – como o apoio dos colegas e o vínculo com os adolescentes – foram apontados como favorecedores. A esperança na tarefa socioeducativa, fator que sinaliza para o sentido no trabalho, também foi citada. Alguns fatores dificultadores, porém, foram uma espécie de espelhamento ou polo oposto negativo dos facilitadores, como a desesperança com a tarefa socioeducativa e as dificuldades de relacionamento com os colegas.

Problemas como falta de pessoal e de materiais, espaços físicos impróprios e deficiência de capacitação foram explicitados. Esse último aspecto pode resultar na inadequação de algumas práticas socioeducativas promovidas por determinados agentes e citadas como negativas por participantes deste estudo. Finalmente, observou-se um impacto deletério à saúde dos/as AS.

Assim, sugere-se a possibilidade de ações visando o fortalecimento das equipes de trabalho e a reflexão sobre o sentido do trabalho socioeducativo, além de capacitações que permitam uma reflexão teórico-prática sobre o trabalho sem prejuízo à socioeducação. Uma preocupação no que concerne à saúde dos/das AS também parece urgente enquanto prevenção em saúde. Contudo, a prevenção além disso passa pela adequação do número de profissionais e outras melhorias do contexto de trabalho.

Este estudo, todavia, apresenta algumas limitações. Primeiramente, traz os limites de uma pesquisa transversal, que é uma coleta de dados limitada no tempo e que não necessariamente expressa toda a complexidade da dinâmica das instituições. Além disso, talvez uma opção metodológica por grupos focais pudesse permitir a percepção conjunta de AS, oferecendo outras perspectivas.

De toda forma, as entrevistas que compuseram o material de análise deste artigo apontaram para os desafios enfrentados e para alguns pontos cuja observação é imprescindível por parte de gestores/as e equipes técnicas. Ainda que haja avanços no que tange ao trabalho do/a AS, algumas melhorias impactariam não apenas na saúde desses trabalhadores/as, mas no êxito do trabalho socioeducativo, do qual dependem muitos jovens em situação de vulnerabilidade. Pode-se concluir que os/as AS necessitam de melhorias nas capacitações recebidas, com vista a um programa de educação permanente, e no contexto de trabalho, que permitam ampliar e qualificar as atividades de socioeducação e um protagonismo maior dos trabalhadores.

Referências

- Abreo, L. O., Vinuto, J., & Gonçalves H. S. (2017). No fio da navalha: efeitos da masculinidade e virilidade no trabalho de agentes socioeducativos. *Plural*, 24(1), 54-77. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs.2017.126635>
- Andrade, F. S. (2016). História Social da criança e do adolescente em situação de risco no Brasil a partir dos marcos legais e do cotidiano. *Revista Multidisciplinar em Educação*, 3(5), 44-62. <https://doi.org/10.26568/2359-2087.2016.1600>
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

- Barsaglini, R. A., & Vaillant, C. B. (2018). “Um agente prisional de menor”: identidade e percepções do agente socioeducativo sobre a instituição, os adolescentes e a sua ocupação. *Saúde e Sociedade*, 27(4), 1147-1163. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902018180080>
- Bezerra, C. M., Assis, S. G., & Constantino, P. (2016). Sofrimento psíquico e estresse no trabalho de agentes penitenciários: uma revisão da literatura. *Ciência e Saúde Coletiva*, 21(7), 2135-2146. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015217.00502016>
- Brasil, K. T., Almeida, S. F. C., Costa, J. E. M., & Ganem, V. (2020). Dispositivos de escuta de adolescentes privados de liberdade e de agentes socioeducativos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 36(spe), 9. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e36nspe9>
- Brasil. (2006). *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase)*. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília, DF: Conanda.
- Greco, P. B. T., Lopes, L. F. D., Magnago, T. S. B. S., Prochnow, A., Tavares, J. P., & Viero, N. C. (2012). Estresse psicossocial e distúrbios psíquicos menores em agentes socioeducadores. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 20(5), 1-8. <https://doi.org/10.1590/S0104-11692012000500020>
- Facas, E. P., Duarte, F. S., Mendes, A. M. B., & Araujo L. K. R. (2015). Sofrimento ético e (in)dignidade no trabalho bancário: análise clínica e dos riscos psicossociais. In A. M. Mendes, J. K. Monteiro, & F. O. Vieira (Orgs), *Trabalho & Prazer: Teoria, Pesquisa e Práticas* (pp. 233-255). Juruá.
- Lazaratto, M., & Negri, A. (2001). *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. DP&A.
- Leal, M. L., & Carmo, M. F. (2014). O Sistema de Garantia de Direitos e o Paradigma da Proteção Integral do Adolescente. In C. B. E. de Oliveira & P. C. B. P. Moreira (Eds.), *Docência na Socioeducação* (pp. 195-204). Universidade de Brasília.
- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990, 13 de julho). Dispõe sobre o Estado da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Presidência da República.
- Lima, J. R. (2016). *Representações de agentes socioeducadores/as: um estudo baseado na análise crítica do discurso* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso].
- Martins, S. R., Silva, D. B., & Araújo Neves, N. S. (2020). O trabalho em socioeducação: escuta clínica junto aos trabalhadores socioeducativos e adolescentes em regime de semiliberdade. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 7(18), 228-284.
- Mello P. D., & Silva R. F. (2018). Reconfigurações do capitalismo e do trabalho: novas formas de dominação em contexto de trabalho imaterial. *Café com Sociologia*, 7(3), 83-97.
- Minayo, M. C. S. (Org.). (2007). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (26a ed.). Vozes.
- Ministério do Trabalho. (2019). *Classificação Brasileira de Ocupações: página inicial*. <http://www.mtebo.gov.br/cbositel/pages/pesquisas/BuscaPorTitulo.jsf>
- Monte, F. F. C., Sampaio, L. R., Rosa Filho, J. S., & Barbosa, L. S. (2011). Adolescentes autores de atos infracionais: psicologia moral e legislação. *Psicologia & Sociedade*, 23(1), 125-134. <https://doi.org/10.1590/s0102-71822011000100014>
- Monteiro, J. K., Merlo, A. R. C., Soboll, L. A. P., Perez, K. V., & Brun, L. G. (2017). Produção da psicodinâmica do trabalho na Região Sul. In J. K. Monteiro, R. D. Moraes, A. M. Mendes, A. R. Crespo Merlo, J. E. Carvalho Pacheco (Orgs.), *Psicodinâmica do trabalho no Brasil: práticas, avanços e desafios* (pp. 37-58). Juruá.
- Nogueira, J. A., & Oliveira, R. R. N. (2019). Crianças e adolescentes: de meros objetos de intervenção a sujeitos de direitos e deveres. *Revista Ciência e Desenvolvimento*, 12(1), 53-74.
- Oliveira, C. B. E., Oliva, O. B., Arraes, J., Galli, C. Y., Amorim, G., & Souza, L. A. (2016). Socioeducação: origem, significado e implicações para o atendimento socioeducativo. *Psicologia em Estudo*, 20(4), 575-585. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v20i4.28456>
- Santos, M. R. F. (2017). *Prazer e sofrimento no trabalho do agente de segurança e medidas socioeducativas (asse) em mato grosso do sul* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul].

- Santos, A. C. A. (2020). “Socioeducação”: do ideal da educação social ao purgatório das vidas matáveis. *O Social em Questão*, 23(46), 187-202.
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, M. P. B. (2013). *Metodologia de Pesquisa* (5a ed.). Penso.
- Tessaro, L. G. S., & Monteiro, J. K. (2019). Análise dos riscos psicossociais no trabalho de agentes socioeducadores do Rio Grande do Sul, Brasil. *International Journal on Working Conditions*, 17, 108-124.
- Vieira, D. (2021). Adolescentes que cumplen medidas socioeducativas: castigos, ortopedia moral y resistencia. *Cuadernos de antropología social*, (53), 153-169. <https://doi.org/10.34096/cas.i53.8640>

Endereço para correspondência

janinekm@unisinós.br

Recebido: 4/5/2021
Revisão: 21/11/2022; 27/11/2022
Aprovado: 13/12/2022

